

ATA NÚMERO 205/XII (4.ª)

Aos dezassete dias do mês de dezembro de 2014, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na sala 1 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata.

Foi a seguinte, a seguinte Ordem do Dia (OD):

§ Único: Audição do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional ao abrigo do n.º artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República e do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Aberta a Audição, o Senhor Presidente da Comissão deu as boas vindas ao Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, bem como ao Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional que o acompanhou. De seguida, após ler a Ordem do Dia, explicou a metodologia adotada para esta Audição, dando de seguida a palavra ao Senhor Ministro, para a sua alocução inicial.

Usando da palavra, começou o Senhor Ministro por felicitar o Senhor Presidente pelas suas novas funções na Comissão para Ética. De seguida, frisou que tratando-se de uma audiência regimental, gostaria de ir além da abordagem da questão da RTP. Começou, porém, pela situação na RTP, aludindo ao seu atual enquadramento jurídico de governação, à luz do qual devem compreender-se as recentes opções que tomou. Explicou que a RTP esteve sempre sujeita a influências políticas, situação a que se pretendeu por cobro, pois não se pode confundir Estado e Governo. Apresentou um estudo internacional comparativo da perceção de qualidade no serviço público de rádio e televisão, segundo o qual essa qualidade é inversamente proporcional à intervenção do Estado.

De seguida, foi dada a palavra à Senhora Deputada Cecília Honório, do BE, que começou por referir existir um problema crónico de subfinanciamento da RTP. O caso da Liga dos Campeões é, na perspetiva do BE, o corolário lógico desse subfinanciamento. Questionou por que motivo um Conselho de Administração (CA) tão zeloso, acabou por ser destituído e se o Governo vê necessidade de efetuar uma

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

auditoria externa às contas da RTP. Mais perguntou, como vê o Ministro da tutela o acervo de contratos que o CA está a celebrar, quando se sabe que está de saída.

Devolvida a palavra ao Senhor Ministro, respondeu não terem sido apenas membros do Governo a comentar a questão da *Champions*; até o BE o fez. Mais, os Grupos Parlamentares são quem está em melhor posição para questionar a RTP sobre a matéria, como o confirmam as recentes audições, tanto do CA como do Conselho Geral Independente (CGI). Referiu, ainda, que o novo modelo permite separar a análise e discussão política, da gestão da RTP, devendo dar-se tempo ao tempo para que o novo modelo possa assentar. Referiu que a decisão de escolha de um novo CA cabe exclusivamente ao CGI, órgão que é inamovível e totalmente independente do Governo, sendo um facto que o novo modelo já permite observar uma despartidarização da estação da RTP, além de um amplo debate e maior transparência sobre o que deve ser o serviço público de rádio e televisão. Finalizou, esclarecendo que o despacho sobre eventos desportivos de interesse público apenas conheceu uma alteração desde 2012, no caso, um evento cultural, não impondo a obrigação de o serviço público adquirir os direitos de transmissão, tão somente, a obrigação de disponibilizá-los, tanto a públicos com a privados.

Tomou a palavra o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves, do PS, que saudou o Senhor Presidente pelas suas novas funções, bem como os membros do Governo presentemente ouvidos. Pôs o assento tónico na sustentabilidade, financiamento e capacidade para desempenhar a missão de serviço público. Questionou para quando a celebração do contrato de concessão, e se não se deveria, em primeiro lugar, definir-se o que é serviço público e só depois estruturá-lo, designadamente, assegurando os meios financeiros para tal. Terminou, colocando uma questão no âmbito da imigração, perguntando se é verdade que têm existido por parte dos serviços consulares e não obstante pareceres favoráveis do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, recusas de pedidos de reagrupamento familiar, designadamente estando em causa mulheres grávidas.

Devolvida a palavra ao senhor Ministro, lembrou que a RTP tem em vigor um contrato de concessão até 2019 para o serviço de televisão, tendo o Governo decidido aproveitar o fim da concessão do serviço de rádio para fundir as duas áreas num único contrato. Aludiu, ainda, ao peso relativo do futebol face a outros temas de interesse público e ao dinheiro a gastar, tudo aspetos cuja avaliação estratégica cabe em exclusivo ao CGI. Referiu que as projeções financeiras do CA dificultam a conclusão do contrato de concessão, sendo que investimento na grelha era sempre superior ao das receitas publicitárias, sem que o CA justificasse com que razões. A informação de que tal situação poderia dever-se ao futebol, obteve-a pela imprensa. Explicou, finalmente, que o Governo decidiu não assinar o contrato de concessão a partir do momento em que o CGI chumbou o Projeto Estratégico, sendo esta a causa da perda de confiança no atual CA, pelo que sistema parece funcionar corretamente.

Dada a palavra ao Senhor Deputado João Ramos, do PCP, referiu que o Senhor Presidente do CGI, ao dizer que as declarações do Ministro Marques Guedes

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

foram inaceitáveis, foi mais longe do que aquilo que o Senhor Ministro acabou de mencionar, facto que o levou a questionar sobre que motivos estiveram verdadeiramente por detrás da perda de confiança do Governo no CA. Perguntou qual a opinião do Ministro sobre o teor do parecer da ERC, desfavorável que foi ao próprio CGI, e se não temia que no presente íterim o CA viesse a produzir atos de gestão danosos para o futuro da RTP.

Respondeu o Senhor Ministro, referindo estarmos todos a aprender a funcionar num novo modelo de governação da RTP, embora ainda esteja presente uma certa tendência intervencionista. Sublinhou que a ausência de renúncia do CA, leva a que tenham de ser cumpridos certos procedimentos legais.

De seguida, interveio o Senhor Deputado Raúl de Almeida, do CDS, sublinhando que o conjunto das audições até agora realizadas no presente âmbito têm dado razão ao CDS, quando votou favoravelmente a Lei da Televisão, sublinhando ter o CGI provado na audição efetuada ontem no Parlamento que, afinal, está vivo. Perguntou sobre se existiu algum tipo de interferência do Governo na decisão do CGI ou se este, previamente à divulgação da sua decisão, contactou o Governo acerca do assunto.

Respondeu o Senhor Ministro que sublinhou que o modelo, embora jovem, está a funcionar, sendo mesmo considerado, quando comparado com outros casos europeus, o mais bem sucedido. A este propósito, mencionou o caso alemão, onde o Tribunal Constitucional aconselhou recentemente a revisão do respetivo modelo, dado viabilizar uma excessiva intervenção dos partidos políticos. Reiterou nunca ter existido qualquer tipo de interferência ou intervenção do Governo português na decisão do CGI, nem consultas prévias deste ao Governo. Verificou-se, apenas e por uma questão de cortesia institucional, um telefonema do Presidente do CGI, informando que iria remeter a deliberação acerca do Projeto Estratégico e qual o sentido da mesma.

Foi, seguidamente, dada a palavra à Senhora Deputada Mónica Ferro, do PSD, que começou por perguntar se o Ministro da tutela tentou, de algum modo, interferir na deliberação do CGI e, ainda, se teve conhecimento prévio do Projeto Estratégico (PE) do CA. Sobre o contrato de concessão, perguntou se a vinda de um novo CA influenciará ou não os termos do contrato já conhecidos. No capítulo do financiamento, questionou sobre se é ou não possível cumprir o contrato de concessão com base no orçamento atual.

Respondeu o Senhor Ministro que a responsabilidade pela adoção do modelo atual é do Governo, tendo o CA sido confrontado com tal opção enquanto a proposta de Lei estava a ser discutida, mormente no que respeita à norma transitória que obriga, nos 30 dias seguintes à sua publicação, à apresentação de um PE, tendo a resposta sido afirmativa. Nesta questão, frisou não está em causa a honorabilidade de nenhum membro do CA. Confirmou que não houve qualquer tipo de interferência recíproca relativamente ao CGI. Sublinhou que o valor da atual Contribuição para o Audiovisual é maior que o originariamente previsto no plano de redimensionamento.

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Prosseguiu, referindo que o projeto de serviço público de rádio e televisão e a afetação de recursos financeiros foi matéria discutida com os trabalhadores logo na primeira visita que efetuou à RTP, após iniciar funções, aos quais referiu que a crise financeira não permitia desde logo clarificar definitivamente esta matéria.

Finda a intervenção precedente, o Senhor Presidente deu início à **segunda ronda de intervenções**, lembrando que as respostas do Senhor Ministro seriam dadas conjuntamente para todas as questões que viessem a ser colocadas pelos Senhores Deputados.

Concedida a palavra à Senhora Deputada Cecília Honório, do BE, afirmou que o novo modelo representa uma forma airosa de o Governo continuar a intervir na RTP, pois de outra forma, teria esperado que o CGI apresentasse a proposta formal de destituição do CA, o que não aconteceu, dado ter-se pronunciado primeiro que o CGI. Questionou sobre se existe ou não um problema de dinheiro, se sente necessidade de efetuar uma auditoria às contas da RTP e ainda, porque motivo não foi formalizado o contrato de concessão até à presente data.

A intervenção seguinte coube à Senhora Deputada Inês de Medeiros, que perguntou se, no pressuposto de o plano de redimensionação e desenvolvimento ser mandatório, não deveria estar igualmente o CGI estar sujeito ao mesmo e não apenas o PE. Perguntou, para quando previa o Senhor Ministro a reunião da Assembleia Geral e se esta não seria sempre uma reunião do Governo consigo mesmo. Questionou o estudo apresentado pelo Senhor Ministro o qual, originário da BBC, não apresenta parâmetros decalcáveis para outras realidades, por exemplo, a francesa, onde a opinião pública é muito mais favorável ao serviço público de televisão. Finalmente, instou o Senhor Ministro a apresentar estudos que sustentem a suficiência do atual nível de financiamento.

A intervenção seguinte coube ao senhor Deputado João Ramos, do PCP, para declarar a discordância de princípio do PCP com este modelo, o qual, tendo sido apresentado como fator de desgovernamentalização da RTP, acaba por veicular ideia contrária, atento o teor das declarações do senhor Ministro, designadamente, quanto à discordância do Governo com os gastos no futebol e às instruções que o Ministro Marques Guedes publicamente proferiu. Perguntou sobre quais as verdadeiras motivações da decisão de destituição do CA, dado que a lei não prevê que o chumbo do PE seja causa adequada a tal decisão. Finalmente, questionou sobre se existem problemas com a insuficiência na capacidade de arquivo da RTP e o recurso à “cloud”, nomeadamente quando se sabe dos problemas de fiabilidade deste sistema, a par da dependência face à PT em matéria técnica, também evidenciada pelos problemas conhecidos relativamente à televisão digital terrestre (TDT).

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Interveio de seguida o Senhor Deputado Paulo Almeida, do CDS, que questionou sobre qual o estado de implementação e consolidação do projeto de incentivos à comunicação social regional e local, também na vertente radiofónica.

Seguidamente, interveio a Senhora Deputada Conceição Caldeira, do PSD, questionando sobre que medidas tem o Governo desenhadas para apoiar as comunidades migrantes, cujos fluxos são muito diversificados e complexos. Mais perguntou, ainda, se existe algum plano estratégico para as migrações, privilegiando o regresso de emigrantes portugueses, nomeadamente os mais empreendedores e, na afirmativa, em que consistem.

Devolvida a palavra ao Senhor Ministro para responder conjuntamente às questões levantadas nesta segunda ronda, referiu que:

- A recusa de assinatura do contrato de concessão deveu-se ao chumbo do PE, por parte do CGI, pois se perante tais circunstâncias o contrato tivesse sido assinado, tal poderia ser considerado como uma interferência na decisão a tomar pelo CGI;
- Agiu em conformidade com o estudo de diagnóstico europeu que em tempo co-elaborou, relativamente ao serviço público de televisão e agiu em conformidade com o mesmo;
- Mesmo havendo constrangimentos financeiros, o investimento na grelha televisiva aumentou vinte milhões de euros, pelo que concluiu não haver já um constrangimento assim tão grande;
- A discussão da segurança informática tem a ver com a arquitetura e prestação do *software* e não com a localização física dos servidores.

De seguida, interveio o Senhor Secretário de Estado, para aludir às políticas migratórias, referindo concretamente acerca da questão dos reagrupamentos familiares, ter já pedido informações ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, que aguarda, sem esquecer que em matéria de integração de estrangeiros, Portugal conta já com vasta tradição. De resto, referiu, as políticas migratórias são uma realidade raramente calibrada face às necessidades, impondo monitorização constante, a qual passa, em primeira linha, pela integração das próprias autarquias locais.

De seguida, o senhor Presidente deu início à **terceira e última ronda de questões**, na qual entrevistaram a Senhora Deputada Cecília Honório, do BE, pedindo esclarecimentos adicionais sobre respostas anteriores; os Senhores Deputados Pedro Delgado Alves, Inês de Medeiros, Agostinho Santa, e Isabel Oneto, todos do PS, os quais colocaram questões relacionadas, respetivamente, com a situação do Centro de Produção da RTP/Norte, da TDT e da Agência Lusa, no sentido de saber, também, a quem pertence o arquivo da RTP, e questionando, ainda, sobre a data prevista para a

realização da Assembleia Geral da RTP para decisão sobre a destituição do CA; o Senhor Deputado João Ramos, do PCP, que frisando uma vez mais o problema da TDT, perguntou se a posição concreta da Portugal Telecom neste processo, dado ser também líder na televisão por cabo, não gera uma situação de incompatibilidade, questionando, ainda, sobre os critérios de apoio aos órgãos de comunicação social (OCS) locais e regionais; o Senhor Deputado Raúl de Almeida, do CDS, reformando a pergunta anteriormente formulada pelo seu Partido; a Senhora Deputada Rosa Arezes, do PSD que, em relação à problemática dos OCS locais e regionais, questionou o Senhor Ministro sobre se está previsto algum tipo de incentivos aos leitores, jornalistas e à modernização tecnológica destes OSC, bem como sobre que medidas pretende o Governo tomar relativamente à utilização dos mesmos em projetos de literacia em ambiente escolar; e, finalmente, o Senhor Deputado Nuno Encarnação que efetuou um balanço do conjunto das audições realizadas, salientando que, no que à RTP respeita, o Governo levou a cabo uma revolução pacífica, numa matéria tradicionalmente problemática.

Devolvida a palavra ao Senhor Ministro, esclareceu que:

- É conveniente que o CA que vier a ser indigitado tenha participação na elaboração do futuro contrato de concessão, embora não exista um vazio jurídico nesta matéria, dado que o atual está vigente até 2019;
- A assembleia geral da RTP pode deliberar por escrito, mas respeitará sempre os prazos para a respetiva deliberação;
- O CGI participará na discussão sobre os Centros de Produção dos Açores e Madeira, o qual, conjuntamente com o CA que viera a ser indigitado, fixará igualmente e em definitivo, a situação do Centro de Produção do Norte, tendo em conta o PE;
- Na TDT, referiu que há um relatório meramente descritivo sobre a situação, produzido pela ANACOM e a ERC _ entidades que defendem posições diferentes _, a qual não é juridicamente simples, prometendo uma decisão sobre a matéria até ao fim do mandato deste Governo, tendo em conta que a ANACOM apresentará um relatório técnico decisivo, até final de 2016;
- Relativamente à agência Lusa, a visão do Governo é a de esta Agência poder ser uma “escola” de jornalismo;
- Relativamente à situação dos OCS locais e regionais, frisou existir um reforço financeiro de 1,2 milhões de euros.

Em complemento, interveio o Senhor Secretário de Estado para responder que:

- O Programa “Escolhas”, embora lançado por um governo socialista, está hoje renascido, reforçado e simplificado;



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

- Os incentivos aos OSC locais e regionais, não se cingirá à mera transferência de dinheiro: pretende-se um maior envolvimento das estruturas locais, tendentes a promover a literacia escolar, passando pela subscrição de jornais digitais e pela promoção de parcerias entre órgãos de imprensa, alargando o seu espetro de intervenção e cobertura;
- Existem também projetos diferenciados de incentivo à leitura de imprensa, como por exemplo, o das pessoas carecidas de necessidades especiais.

Nada mais havendo a registar, o Senhor Presidente agradeceu a participação dos membros do Governo presentes e deu por encerrados os trabalhos, cerca das treze horas e cinquenta e cinco minutos.

A reunião foi integralmente gravada, existindo o seu registo áudio e vídeo disponível para consulta em:

http://media.parlamento.pt/site/XIILEG/4SL/COM/12-CpECC/CpECC_20141217_1.mp3

Palácio de São Bento, 17 de dezembro de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(PEDRO LYNCE)

Folha de Presenças

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa
André Pardal
Cecília Honório
Clara Marques Mendes
Inês de Medeiros
Isabel Oneto
Jacinto Serrão
João Ramos
Maria da Conceição Caldeira
Mónica Ferro
Paula Gonçalves
Paulo Almeida
Pedro Delgado Alves
Pedro Lynce
Raúl de Almeida
Rosa Arezes
Sérgio Azevedo
Adelaide Canastro
Isabel Alves Moreira
Nuno Encarnação
Teresa Costa Santos

Faltaram os Senhores Deputados seguintes:



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Joana Barata Lopes

João Portugal

Lídia Bulcão

Sandra Pontedeira

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 11/02/2015.